

recursos provenientes do produto de operações de crédito que a mesma Secretaria fica autorizada a realizar, elevado o limite legal dessas operações da porcentagem necessária à execução da presente lei.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, 24 de março de 1960.
(a) Leoncio Ferraz Júnior

Justificativa

O Instituto Valeparaibano de Ensino, entidade educacional com sede em São José dos Campos, não tem fins lucrativos, mas se destina tão-somente a promover o desenvolvimento da cultura e o aprimoramento educacional do Município e da região.

Fundado recentemente, pelo dr. Jamil Mattar de Oliveira, deverá o Instituto instalar e manter Escolas Superiores de Ensino, entre outras, de Filosofia, Ciências e Letras, Engenharia, Ciências Sociais, Medicina, Biblioteconomia e Documentação.

Justifica-se, portanto, a ajuda do Estado para uma entidade de tão elevados propósitos e que é dirigida por elementos os mais expressivos e de reconhecida idoneidade moral. Amparando, com um auxílio financeiro, essa Instituição, o Estado estará apenas retribuindo uma pequena parcela dos benefícios que advirão para o ensino e a cultura da população do Vale do Paraíba, através de uma iniciativa que merece o nosso mais decidido apoio.

Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Fernando Mauro.

O SR. FERNANDO MAURO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, desta tribuna, venho solicitar ao Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas e ao Sr. Diretor dos Serviços de Aeroportos que se procurem intervir no que se passa com a construção da pista asfaltada do Aeroporto de Marília, que está em construção há dois anos, sendo que as obras não foram concluídas.

Ainda em visita recente àquela cidade, verifiquei que os jornais davam notícia da paralisação completa da referida obra. Conforme informações obtidas, a firma que venceu a concorrência e executava o serviço não estava à altura de desenvolver tal trabalho. Eis um dos principais motivos.

É necessária uma inspeção imediata, a fim de se verificar as causas, para que se possa dar prosseguimento às obras do campo de aviação.

O "Jornal do Comércio", daquela cidade, vem fazendo continuas críticas à Diretoria de Aeroportos e ao Sr. Secretário, considerando mesmo que as autoridades estaduais não estão vigilantes nem tomam conhecimento dos fatos que ocorrem pelo interior.

Assim sendo, faço um veemente apelo ao Dr. Coutinho e ao Brigadeiro Faria Lima, a fim de que sejam tomadas providências para que seja dado o mais rápido andamento possível às obras, pois, assim brevemente será concretizada a construção e asfaltamento das pistas do Aeroporto de Marília.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Bento Dias Gonzaga (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Antônio Mastrolia. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Leônicio Ferraz Júnior. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Eduardo Nasser. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Onofre Gusen. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, estamos apresentando à Mesa dois requerimentos de congratulações. Um, pela realização, em Bauru, da "Semana Vila Lobos", fato inédito no Brasil. Congratulamo-nos, também, com uma realização que representa a síntese do esforço conjugado, eis que Bauru conseguiu realizar uma banda infanto-juvenil composta de cinquenta garotos.

No outro requerimento, cumprimos o decano jornalista Carlos Fernando de Paiva, pelo mesmo motivo que nos levou a endereçar à Mesa, ontem, o requerimento de congratulações com o Sr. Délio Hermes Coragem, Presidente do Rotary Clube, pela realização da instituição da polícia militar na Cidade de Bauru, composta de 100 garotos.

Temos ressaltado aqui, sempre, o esforço coletivo do interior, e é com prazer que endereçamos à coletividade bauruense os nossos cumprimentos por mais essas duas úteis iniciativas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jacob Pedro Carolo. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Germinal Filho. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado José Felício Castellano.

O SR. JOSÉ FELÍCIO CASTELLANO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, de há muito venho lutando em torno do problema do fornecimento de energia elétrica na zona que é servida pela S.A. Central Elétrica Rio Claro, por sinal uma das zonas mais progressistas do Estado apesar do entrave causado pela falta de força e luz.

A S.A. Central Elétrica Rio Claro, uma das empresas pioneiras do Brasil no setor do fornecimento de energia elétrica, de há muito deixou de acompanhar o ritmo acelerado de progresso daquela zona, causando às cidades da região de sua influência sérios prejuízos. Não cabe, aqui, analisar quais as causas que têm dificultado o progresso da própria empresa concessionária. Isto não é de minha esfera e competência. Sei de amargas reclamações dos dirigentes da empresa contra os poderes públicos e as leis vigentes. Não me cabe, todavia, ponderar a respeito. Como representante do povo e daquela zona, cabe-me, isto sim, apelar para a direção da empresa no sentido de melhorar os seus serviços. E isto foi feito por mais de uma vez. Já estão os anais da Casa que comprovam quantos apelos foram dirigidos à S.A. Central Elétrica Rio Claro, no sentido de que melhorasse o atendimento à zona que serve. A demora com que nos defrontamos é bem uma demonstração visível de que as coisas não estão sendo tratadas como devem e nem com a celeridade que o tempo impõe. Lamento voltar ao assunto, e tanto mais que de agora em diante a campanha mudará de tom. Os apelos, ao que parece, não surtiram efeito. Medidas mais drásticas precisam ser tomadas, campanhas mais eficientes precisam ser feitas. É o que farei doravante.

A zona servida pela Central Elétrica não pode mais permanecer como está. São cidades importantes, progressistas, bem localizadas. Precisam de melhor tratamento, merecem mais atenção. Em todas elas existe grande descontentamento, críticas são feitas e as reclamações se sucedem, sem resultado.

Esta Assembléia vai ter conhecimento dos reclamos da gente interiorana e das deficiências no fornecimento da energia elétrica na zona da S.A. Central Elétrica Rio Claro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian. (Pausa).

O SR. CARLOS KHERLAKIAN — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tendo desistido da palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian, tem a palavra o nobre deputado Antônio Moreira.

O SR. ANTÔNIO MOREIRA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, em sessão do ano passado, desta augusta Assembléia Legislativa, tivemos a oportunidade de apresentar à consideração dos nossos ilustres pares um projeto de resolução criando aqui um Departamento de Orientação Técnica e Legislativa aos Municípios.

A repercussão desta nossa sugestão foi emocionantemente profunda em todo o interior do nosso Estado. Tenho recebido, Srs. deputados, de várias dezenas de municípios do interior manifestações de Câmaras, Prefeitos Vereadores e de outras personalidades, solidarizando-se conosco e nos felicitando pelo acerto da iniciativa. Isto quer dizer, Srs. deputados, que tal departamento nesta Assembléia se constitui numa reivindicação interiorana. E se atentarmos para os inúmeros problemas e percalços que precisam enfrentar todos aqueles que, a serviço do seu município, demandam a Capital, verificaremos que ela precisa ser imediatamente aprovada.

Não insistimos nesta questão pelo fato de termos sido o autor da resolução, mas por estarmos verificando que ela procede em face do desejo manifestado pelos que, através de ofícios, telegramas e cartas, a nós enviados, aplaudem o nosso trabalho.

Numa das reuniões dos ilustres deputados que compunham o bloco Municipalista, manifestou-se unanimemente pela aprovação do referido projeto, dadas as inúmeras facilidades que iriam ser propiciadas com a criação, nesta Assembléia, de um departamento para atender, exclusivamente, aos interessados do interior. Dessa forma, acreditamos que os Srs. deputados, especialmente os dignos componentes da Mesa, irão estudar a resolução, aprovando-a, com a brevidade que o próprio interesse da mesma está despertando. Consideramos, ainda, que a aprovação da referida resolução irá facilitar aos nobres deputados do interior do Es-

tado um atendimento mais objetivo e prático dos interesses, os mais variados, das regiões que representam nesta Casa.

Desse modo, Srs. deputados, a aprovação do projeto de resolução por nós apresentado se impõe, não como satisfação a um dos membros desta Assembléia mas como uma imperiosa necessidade que deve ser imediatamente satisfeita.

A soma dos benefícios que a resolução pode e deve trazer a esta Casa é infinitamente digna e grande para chamar a atenção dos poucos que ainda possam ter dúvidas quanto à viabilidade e necessidade da sua aprovação. Assim sendo, reivindicamos junto à digna Mesa uma imediata solução para a resolução a que acima nos referimos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Bento Dias Gonzaga.

O SR. BENTO DIAS GONZAGA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, recebi um ofício do Ilustre Professor Dr. Hugo de Almeida Leme, Catedrático de Mecânica e Máquinas Agrícolas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" convidando este parlamentar e demais Srs. deputados para uma reunião da sua Cátedra que deveria realizar-se entre 21 e 26 do corrente mês, mas que, por motivos que não são do meu conhecimento, fora adiada.

O citado ofício, Sr. Presidente, merece passar para os anais desta Casa, razão pela qual desejo lê-lo desta tribuna:

(Lê) "Esta Cátedra e Seção de Mecânica, Motores e Máquinas Agrícolas vem de há muitos anos tudo fazendo para o fomento da tratorização de nossa agricultura, como promovendo exposições de máquinas agrícolas, simpósios, cursos de tratoristas, cursos especializados de máquinas a engenheiros agrônomos, conferências sobre tratorização de lavoura, publicações em jornais, boletins, etc.

Se assim o fazemos, é porque julgamos que isto seria o melhor modo por que os nossos agricultores aceitem e adotem a necessária e indispensável tratorização em suas propriedades agrícolas, pois é de conhecimento que nosso País vem atualmente atravessando um período assaz difícil na produção agrícola e consequente escassez de divisas, sendo um dos fatores mais responsáveis por isto, sem dúvida, o da falta da mecanização da nossa lavoura.

Nosso País tem uma enorme e extensa área a ser agricultada (851.384.400 hect.), todavia, por infortúnio, somente temos cultivada a pouquíssima área de 22.853.941 hectares, isto é, nossa Pátria tem pouco mais de 2% de sua área agricultada... quando nossos vizinhos, como a Argentina, Chile e Uruguai ostentam suas áreas agricultadas na proporção de, respectivamente, 11%, 5% e 12%, sendo certo que o Chile, a metade de sua área é deserta e de clima desfavorável à agricultura...

Assim é com o número de tratores no Brasil, o qual está aquém de outros países, mesmo em confronto com os pequenos, pois, temos para a nossa grande área a ser cultivada, pouco mais de 60.000 tratores, quando, citando um só pequeno país, a Argentina, tem mais de 70.000 para sua agricultura, isto para não citar os Estados Unidos, com perto de 5.000.000 de tratores.

De tudo exposto, é este para levar ao conhecimento de V. Exa. que esta Cátedra realizará um simpósio ao qual damos o título de I Simposio Nacional de Tratorização da Cultura Canavieira, que se realizará nesta Escola de 21 a 26 de março vindouro, para o qual solicitamos sua valiosa cooperação, enviando-nos nomes de técnicos e interessados neste assunto e que sejam de seu conhecimento, a fim de tomarem parte neste patriótico certame, apresentando sugestões, teses, etc.

Com vivos protestos de elevada estima e distinto apreço, subscrevo-me Atenciosamente,

(a) Prof. Dr. Hugo de Almeida Leme".

Sr. Presidente, Srs. deputados, passar para os anais desta Casa o ofício do Ilustre Catedrático da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", é uma necessidade, tendo em vista a citação de fatos sobejamente conhecidos, cuja solução desgracadamente, vivem também severamente esquecidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Leônicio Ferraz Júnior.

O SR. LEONCIO FERRAZ JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o problema da eletrificação rural está novamente na ordem do dia e deverá, dentro em breve, ter uma solução. Esperamos que esta vez prevaleçam as teses defendidas por ilustres autoridades no assunto, entre as quais o Sr. Secretário da Agricultura, que — conforme vimos acentuando desde meados do ano passado — é favorável à criação de cooperativas de eletrificação rural, constituídas pelos próprios usuários (isto é, os lavradores) e destinadas a atender, com maiores vantagens técnicas e econômicas, aos verdadeiros interesses das populações rurais e das áreas a que se destinam.

Coincidindo o nosso pensamento com o do Ilustre Sr. Secretário da Agricultura e dos dirigentes da FARESP e UCESP, voltamos a renovar nosso apelo ao Sr. Governador, no sentido de que, atendendo às reivindicações daquelas entidades que reúnem agricultores e produtores rurais de todo o Estado, determine a transferência do Serviço Especial de Eletrificação Rural, da Secretaria da Viação para a Secretaria da Agricultura. Não será necessário insistir em que será essa a única solução que pode salvar a eletrificação rural de um fracasso, porque, há longo tempo, desde o governo do Sr. Jânio Quadros, a C.O. E.R. (Comissão Orientadora de Eletrificação Rural) e o S.E.E.R. (Serviço Especial de Eletrificação Rural) estão criados e até agora nada se fez de positivo para a constituição das primeiras cooperativas de eletrificação rural.

A transferência do S.E.E.R. para a Secretaria da Agricultura virá solucionar esse impasse, determinando a derrota de interesses ocultos que se vêm imiscuando na questão, em detrimento dos lavradores e dos interesses das populações rurais. São os trustes da energia elétrica que, trabalhando na sombra, procuram levantar suspeitas contra a capacidade econômica e moral dos homens do campo, acusando-os de incapazes para arcar com a responsabilidade de fundar e dirigir uma cooperativa de eletrificação. Ainda no ano passado, quando o problema foi debatido no Conselho Estadual de Energia Elétrica tratamos do assunto nesta tribuna advertindo os Srs. conselheiros do perigo de caírem nas manobras dos trustes, que não queriam (e não querem), a nenhum custo, perder esse odioso privilégio da exploração de nossas riquezas naturais.

Infelizmente, o Conselho assim não entendeu e decidiu de outra forma atingindo os interesses dos lavradores, o ponto de vista das entidades rurais e ferindo o espírito do decreto governamental que determina a criação de cooperativas, com capital subscrito pelos próprios cooperados-usuários. Diante disso, fracassou a criação da primeira cooperativa, que seria justamente a de Registro, que viria servir a uma das regiões do nosso Estado onde mais é necessária a eletrificação rural, para desenvolvimento e estímulo à produção agrícola.

Agora que o assunto volta à pauta, dirigimos novo e veemente apelo ao Sr. Governador, para que atenda ao reclamo das entidades rurais, que exigem a transferência do S.E.E.R. para a Secretaria da Agricultura e a imediata criação das primeiras cooperativas de eletrificação rural. Esperamos que, desta vez, não venham os trustes, mas, sim, os agricultores do nosso Estado. O problema está nas mãos do Sr. Governador: acreditamos que S. Exa. não decepcionará os milhares de lavradores de São Paulo que esperam, através das cooperativas, a redenção de nossa lavoura e um novo estímulo para a produção agrícola através de processos técnicos mais modernos e eficientes.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, encaminhei ao Presidente da República o seguinte telegrama:

(Lê) "Sr. Presidente:

Tendo em vista estudos da COAP de São Paulo que fixam posição para o barateamento do preço do óleo comestível;

Tendo em vista o alto custo desse produto no mercado de São Paulo;

Tendo em vista ainda a fome e a revolta do povo face ao alto custo de vida,

Os deputados com assento na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo apelam para Vossa Excelência no sentido de ser dado integral apoio à COAP de São Paulo pelo estudo que vem elaborando através do seu Departamento de Estudos e Planejamentos, visando à solução do problema, bem como ao aproveitamento desse estudo para todo o Brasil. E apela também pela revogação da Portaria n.º 190 da CACEX que tirou da quinta categoria os produtos oleaginosos.

Renovamos a Vossa Excelência os protestos de nosso alto apreço." Sr. Presidente e Srs. deputados, nós não podemos exportar aquilo que é ainda fundamental para a nossa alimentação. Não podemos admitir uma política que, na realidade, leva o nosso povo à miséria. Está certo importar quinilhões de povos alienígenas, permitindo-lhes o desenvolvimento de sua economia, aviltando a nossa, e exportando aquilo que falta à mesa do povo brasileiro? Absolutamente!

Não podemos aceitar, Sr. Presidente, a Portaria 190, que permite a exportação de produto-base para a nossa indústria: o óleo. Por este motivo, encaminhamos ao Sr. Presidente da República este telegrama, e o primeiro brado de alerta de São Paulo em relação ao problema — a fim de que S. Exa.,